

**ACTA**

Aos sete dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e onze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva - e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu a Vereadora Francisca Maria da Costa Abreu, cuja falta foi considerada justificada.-----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

1 – Vereadora Luísa Oliveira – Disse entender desadequada a obra, que está em curso, da sede da Junta de Freguesia de Creixomil, quer pelo seu valor, quer pela sua dimensão. **2 – Vereador André Coelho Lima – a)** – Manifestou concordância com a intervenção do Presidente de Câmara na comemoração do 1º de Dezembro (organizada pelos 20 Arautos de D. Afonso Henriques), onde se manifestou contra a abolição do feriado de 1 de Dezembro. Assim, disse que “sem prejuízo da concordância quanto à necessidade de abolição de alguns feriados, colocando Portugal em linha com o resto da Europa, há determinadas datas que são marcantes para a nacionalidade, como aquela em que restauramos a nossa independência face ao domínio castelhano, em 1640”. Concluiu, dizendo que “haveria certamente outras datas, referentes a regimes ou questões relacionadas com a organização do Estado, cuja abolição seria muito mais natural, do

que de uma data que se encontra ligada à própria independência do nosso País, comemorando a data em que foi restaurada a independência de Portugal. **b)** – Referindo-se às declarações do Vereador Domingos Bragança à margem da última reunião, em que este manifestou que a questão dos 100.000 habitantes era “um disparate”, uma vez que ninguém podia concordar com a colocação de 100.000 habitantes nas 3 freguesias do centro da cidade, disse que “falando em disparates, e em função desta intervenção que não consigo descrever do vereador Domingos Bragança, pretendíamos questionar o senhor Presidente sobre se quando anunciou o objetivo da cidade dos 100.000 habitantes, pretendia, como aqui foi manifestado pelo seu vice-presidente, que todos ficassem a residir nas 3 freguesias do centro da cidade, porventura em prédios de 40 ou 50 andares...?” **c)** – Referindo-se à última Assembleia Municipal, manifestou o seu mais vivo repúdio pela circunstância de ter sido tornado público, por um deputado socialista, a presença do Presidente da República e do Presidente da Comissão Europeia na cerimónia de abertura da CEC/2012. Acrescentou que “era absolutamente inaceitável que uma informação relevante relacionada com a CEC/2012, que deveria ter sido tornada pública pela FCG, ou quando muito pela Câmara de Guimarães, com idêntica legitimidade, tenha sido divulgada por um deputado municipal do PS”. Prosseguiu, dizendo que “esta é a demonstração da tentativa de partidarização da CEC/2012 por parte do PS local, esta é a demonstração que o PS que força o conflito político em torno desta questão, tenta essencialmente colher benefícios políticos deste evento, facto que deve ser condenado e repudiado, pois não se pode admitir que seja o deputado de um qualquer partido, a fazer comunicações que deveriam ser instituições, comunicadas por quem de direito, e não



por um mero representante de um partido.” **4 – Vereador José Torcato Ribeiro** – Manifestou estranheza sobre a ligação à Variante de Guimarães dada a conhecer na passada reunião de Câmara, designadamente quanto à falta de aprovação por parte das Estradas de Portugal, SA. **5 – Vereador Amadeu Portilha** – Deu conhecimento que, desde o passado dia 2 de Dezembro, há uma nova equipa de limpeza denominada de Brigada do Centro Histórico, constituída por 36 trabalhadores que apresentam uma nova imagem ao nível de fardamento e equipamento, sendo o objectivo desta Brigada a recolha de resíduos, lavagem de pavimento e manutenção de equipamento urbano, entre outros. **6 – Vereador Domingos Bragança – a)** – Sobre as obras na sede da Junta de Freguesia de Creixomil, esclareceu que era necessário recuperar aquele edifício e que este tinha capacidade para acolher outras valências; **b)** – Sobre a ligação à Variante de Guimarães, esclareceu que o que ainda não existia era uma aprovação formal por parte das Estradas de Portugal, SA. **7 – Presidente da Câmara – a)** – Sobre a Brigada do Centro Histórico disse que a sua primeira função seria a limpeza de grafites que têm proliferado nesta zona da cidade e que tem de ser travado; **b)** – Relativamente à ligação à Variante de Creixomil disse que um dos organismos que tem responsabilidades sobre o terreno que vai ser ocupado com esta via está em fase de reformulação, acrescentando que situação idêntica está a acontecer com a Pavimentação da EN 101, entre Guimarães e Caldas das Taipas; **c)** – Sobre a questão do 1º de Dezembro de 1640, disse discordar que esta data não seja devidamente comemorada como dia de Feriado Nacional considerando que simboliza a independência nacional; **d)** – Disse que o objectivo dos 100.000 habitantes nunca tinha sido um objectivo assumido, mas antes uma intenção

referida num discurso de tomada de posse como Presidente da Câmara; **e)** – Sobre o anúncio feito na última sessão da Assembleia Municipal, disse ainda não ter conhecimento formal da presença do Presidente da República e do Presidente da Comissão Europeia nas comemorações de abertura da Capital Europeia da Cultura 2012.-----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, as seguintes propostas:-----

CULTURA – PRÉMIO VÍTOR DE SÁ DA UNIVERSIDADE DO MINHO – Presente a seguinte proposta: “O Conselho Cultural da Universidade do Minho promoveu a 20ª edição do Prémio Vítor de Sá atribuído a trabalhos sobre a História Contemporânea Portuguesa. O Prémio será entregue no próximo dia 14 de Dezembro. A Câmara Municipal de Guimarães tem sido uma das suas entidades patrocinadoras, pelo que proponho que seja atribuído à Universidade do Minho (Departamento de Ciências Sociais) um subsídio de €1.000,00 (mil euros) ao abrigo do nº 12 do artigo 13º do Regulamento de atribuição de subsídios às entidades culturais, artísticas, recreativas e humanitárias de Guimarães”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**----

VIMÁGUA – EMPRESA DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES E VIZELA, EIM, SA – DESIGNAÇÃO DE MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – Presente a seguinte proposta: “Por deliberação de 29 de Outubro de 2009, a Câmara Municipal deliberou aprovar a designação dos membros dos órgãos sociais da VIMÁGUA – EMPRESA DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES E VIZELA, EIM, SA, para cumprimento dos artigos 14º e 17º dos respectivos Estatutos, tendo sido designado, como membro do respectivo Conselho de Administração, Pedro Miguel



Vilhena Abreu Roque Figueiredo. Tendo, todavia, este membro renunciado àquele cargo na VIMÁGUA, deve ser aprovada nova designação, pelo que proponho que a Câmara Municipal delibere designar, para membro do Conselho de Administração, Octávio Manuel Novais Pereira dos Santos, advogado". **DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR**, com cinco votos a favor e três em branco.-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Da realização da primeira de duas sessões de apresentação dos resultados dos trabalhos e de discussão pública da orientação do estudo antropológico sobre as Festas Nicolinas, no próximo dia 15 de Dezembro, pelas 17h30, no auditório da Biblioteca Municipal Raúl Brandão, no âmbito das comemorações do 10.º Aniversário da Classificação do Centro Histórico de Guimarães como Património Cultural da Humanidade; **2** – Da inauguração da 2ª fase da Horta Pedagógica, que se realiza no próximo dia 17 de Dezembro, convidando todos os membros do Órgão Executivo a comparecer; **3** – Da alteração de trânsito decorrente das obras em curso no Largo do Toural e Alameda de S. Dâmaso; **4** – Do agradecimento aos concidadãos que assumiram a responsabilidade de reabilitação de prédios, quer no Centro Histórico, quer na periferia; **5** – De ter sido julgada improcedente a ação intentada pelas empresas ABB, SA e Britalar, SA contra o Município de Guimarães, para anular a decisão do Júri do Concurso que ditou a exclusão da sua proposta e a adjudicação da empreitada designada por "Plataforma das Artes" à empresa CASAIS, SA; **6** – Fez uma declaração a propósito do Pregão 2011 lendo, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: "Em cumprimento da

tradição, no pretérito dia 5 de Dezembro os estudantes de Guimarães promoveram o Pregão, número que integra as tradicionais Festas Nicolinas. Também de acordo com a tradição, o Pregoeiro e alguns acompanhantes foram recebidos na Câmara Municipal, por mim, na qualidade de Presidente da Câmara e pela Vereadora da Cultura, a quem, simbolicamente, entregaram o Pregão. Aí, da varanda da sala de reuniões, o Pregão foi recitado perante os estudantes e demais acompanhantes que seguiam o cortejo, tendo depois seguido o percurso, sempre ao toque de caixas e bombos, como diz a tradição. Nos mais de vinte anos que cumpro como Presidente da Câmara sempre acompanhei e apoiei esta manifestação tradicional, como tantas outras, na convicção da importância do reforço da nossa identidade cultural e da valorização das manifestações que nos caracterizam e nos tornam singulares. Sempre aceitei ou tolerei com galhardia as referências mais ou menos bem humoradas que, ao longo de tantos anos, foram feitas à minha pessoa, enquanto mero cidadão ou Presidente da Câmara. O que de mais nobre um cidadão pode ter é o seu bom nome e a sua dignidade. E não posso aceitar nem tolerar que, por má fé travestida de piada de mau gosto, os autores do Pregão aproveitem as festas dos estudantes para, com recurso à insídia, colocar na boca destes uma mentira torpe e populista que põe em causa o meu bom nome e a minha dignidade. Na democracia não vale tudo. E nem a tradição pode ser desculpa para tudo. Os autores do Pregão prestam um mau serviço a uma e a outra. O Presidente da Câmara de Guimarães cumpre a lei da República Portuguesa e nunca ousou de estratagemas ou subterfúgios para obter benefícios ou regalias fora dela. O Presidente da Câmara de Guimarães recebe o salário a que a lei da República Portuguesa lhe concede, nunca acumulou



remunerações indevidas e nunca nenhum tribunal o obrigou a repor qualquer quantia, como insidiosamente escreveram. Eles sabem, e por isso o escreveram, que nada servirá para apagar a ignomínia que me lançaram, já que os documentos ficam para a História. Mas não posso deixar de lançar em acta de reunião de Câmara, uma vez que foi na qualidade de Presidente da Câmara que me atacaram e ofenderam, a manifestação da minha indignação e da exigência de um pedido público de desculpas, a que me julgo com direito". -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1 - Da seguinte informação dos Serviços de Educação: **"TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA ENCARGOS COM PESSOAL EM REFEITÓRIOS E PROLONGAMENTO DE HORÁRIO - ANO CIVIL 2012 - ACORDO DE COOPERAÇÃO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR** - Como é de conhecimento superior, é renovado anualmente o Acordo de Cooperação da Educação Pré-Escolar entre a Autarquia, a DREN e o Instituto da Segurança Social, para o desenvolvimento de actividades de animação e apoio à família, do qual resulta a atribuição de uma comparticipação financeira, cujo montante é determinado tendo por base o número de crianças inscritas em cada jardim-de-infância nas actividades, e que consta do Anexo ao Acordo. No entanto, o valor desta comparticipação não é fixo, uma vez que, mensalmente, a Autarquia procede ao preenchimento de uma aplicação informática, indicando o número de crianças que beneficiou efectivamente de almoço e de prolongamento de horário naquele período, e mediante a qual a DREN procede a acertos no montante a transferir. Face ao exposto, e considerando que a Autarquia tem vindo a transferir verbas para Entidades

(Centros Sociais, Juntas de Freguesia, Agrupamentos de Escolas) que asseguram os encargos com pessoal no desenvolvimento das actividades de animação e apoio à família, propõe-se que o montante das mesmas seja trimestralmente objecto de acertos financeiros, em função do número de crianças que efectivamente frequenta as actividades e que esta situação seja prevista no protocolo de colaboração celebrado entre Autarquia, Agrupamento de Escolas e Entidade, sendo para o efeito celebrado uma adenda ao protocolo, nos termos do documento que junto se anexa. Propõe-se ainda, para o ano civil de 2012, e de acordo com os dados fornecidos pelos Agrupamentos de Escolas, a atribuição àquelas Entidades de uma verba mensal estimada em €107.635,47, o que perfaz um montante anual de €1.183.990,17, para apoio a 87 salas de Jardim de Infância, abrangendo 1714 crianças para almoço e 1430 para prolongamento de horário. Assim, deverá o assunto ser submetido a Reunião de Câmara para conhecimento. Segue em anexo o mapa de pormenor. À consideração superior". O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas; 2 – Da seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "Venda em hasta pública de 20 viaturas abandonadas na via pública - Hasta Pública nº 3/2011 - Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submete-se a conhecimento da Câmara os despachos de 28 de Novembro de 2011 do Vereador Domingos Bragança e do Presidente da Câmara que adjudicaram definitivamente à sociedade S.B.L. – Comércio de Componentes Auto, Lda., com sede na Rua Comendador Rodrigo Leite, nº25, Bouro, concelho de Esposende, 20 viaturas abandonadas na via pública, pelo preço total de €3.791,00+IVA,



no âmbito da hasta pública identificada em epígrafe". A acta da hasta pública dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA - ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2011.

Foi dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Abstiveram-se o Presidente da Câmara e o Vereador José Manuel Torcato Ribeiro, por não terem participado na reunião. -----

OBRAS PÚBLICAS - "CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DO CENTRO DE FORMAÇÃO AVANÇADA PÓS-GRADUADA/DOMUS CIVIL" - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

– Presente, para aprovação, a minuta do contrato da empreitada designada por "Conclusão dos Trabalhos do Centro de Formação Avançada Pós-Graduada/Domus Civil", adjudicada por deliberação de Câmara de 10 de Novembro de 2011 a "António da Silva Campos, SA", pelo valor de €1.262.500,00, para um prazo de 150 dias. A minuta do contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

FREGUESIAS - JUNTA DE FREGUESIA DE CONDE - REVOGAÇÃO DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO

– Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 7 de Abril de 2011, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Conde a obra de requalificação da zona envolvente à Igreja Paroquial e Edifício sede da Junta de

Freguesia, pelo valor de €9.447,67. Em 17 de Outubro de 2011, a Junta de Freguesia de Conde apresentou um pedido de substituição daquelas obras pela elaboração dos projectos de arquitectura e de especialidade para requalificação dos edifícios destinados ao Grupo Folclórico e Agrupamento de Escuteiros daquela freguesia, tendo em conta a importância dos edifícios para a comunidade em geral. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a revogação do Protocolo de Delegação de Competências, assinado em 11 de Abril de 2011, assim como a aprovação da celebração de um Protocolo de Atribuição de Subsídios para a elaboração dos projectos de arquitectura e de especialidade necessários à requalificação dos edifícios destinados ao Grupo Folclórico e Agrupamento de Escuteiros da freguesia, propondo-se a atribuição da referida verba de €9.447,67.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE BRITEIROS S. SALVADOR – PRIMEIRO ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO E CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 7 de Abril de 2011, deliberou conceder à Junta de Freguesia de Briteiros S. Salvador a verba de €13.502,01, destinada à elaboração do projecto e construção da Casa Mortuária. Em 8 de Setembro de 2011, a Junta de Freguesia de Briteiros S. Salvador apresentou um pedido de alteração ao protocolo, informando que não vai ser possível realizar a obra, motivada pela impugnação da escritura de justificação do prédio urbano onde se pretende construir a capela, pelo que ainda não foi possível proceder ao registo do terreno por usucapião. Assim, submete-se à consideração do executivo



camarário a aprovação da alteração do objecto do Protocolo de Atribuição de Subsídio, assinado em 8 de Abril de 2011, alterando-se a cláusula 1.ª que passará a ter a seguinte redacção: "O presente protocolo tem por objecto o pagamento da despesa relativa aos preparos notariais da escritura do prédio urbano onde se pretende construir a capela, assim como as custas judiciais e honorários do recurso judicial apresentado na sequência da impugnação daquela escritura, no valor de €1.002,01." Submete-se, ainda, à consideração do executivo camarário a aprovação da celebração de um Protocolo de Delegação de Competências para o alargamento da Rua da Confraria com a construção de muros e encaminhamento de águas pluviais, propondo-se uma verba no valor de €12.500,00". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE ABAÇÃO – SEGUNDO ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 14 de Julho de 2011, deliberou aprovar uma alteração ao protocolo de delegação de competências celebrado com a Junta de Freguesia de Abação no dia 7 de Abril de 2011, substituindo a execução da obra de "Pavimentação da Rua de S. José" pelas seguintes: "Alargamento (parte da rua) e pavimentação da Rua de Vila Ana; Pavimentação de uma pequena parte da Rua de Portela; Pavimentação de uma parte da Rua de Carvalhal; Pavimentação de uma parte da Rua das Flores; Reparação da Rua Campo do Adro e Requalificação das grades e portões dos cemitérios". Contudo, a Junta de Freguesia de Abação veio informar esta Câmara que o valor atribuído não permitiria

efectuar as pavimentações protocoladas, pelo que solicitou a sua substituição. Assim, submete-se à aprovação do executivo camarário a segunda alteração ao protocolo de delegação de competências, alterando-se a cláusula 1ª, bem como o n.º 1 da Cláusula 2.ª. Assim, a cláusula 1.ª passa a ter a seguinte redacção: "O presente protocolo tem por objecto a execução das seguintes obras: "Pavimentação da Rua de Celórios com a colocação de cubos; Reparação das Ruas das Levandeiras e do Campo do Adro com a colocação de cubos; Reparação da Travessa do Paraíso; Reparação de muro na Rua de Vila Ana; Colocação de tubos e caixas para encaminhamento de águas pluviais nas Ruas Corte Real e Tarrio; Limpeza e reparação dos muros dos Cemitérios de S. Tomé e S. Cristóvão e colocação de guias de cimento nas campas; Colocação de tubos e caixas nas Ruas do Calvário, da Liberdade e da Fornalha". Para a execução destas obras propõe-se a transferência da verba de €15.977,68, pelo que o n.º 1 da Cláusula 2.ª passa a ter a seguinte redacção: "1 - Para a prossecução do objecto definido na cláusula 1a e da execução nos termos previstos na cláusula 3a, é concedida, pela CÂMARA à JUNTA, uma verba até ao montante de €15.977,68". Submete-se, ainda, à consideração do executivo camarário a aprovação da celebração de um Protocolo de Atribuição de Subsídio para a aquisição de material informático para o "Cybercentro" instalado no edifício da Sede da Junta de Freguesia, assim como para a aquisição de divisórias a colocar naquele edifício, pelo valor remanescente de €2.860,00". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE URGEZES –
PRIMEIRO ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE ATRIBUIÇÃO
DE SUBSÍDIO E CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE**



DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 7 de Abril de 2011, deliberou aprovar a atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Urgezes para a execução do projecto e beneficiação do edifício integrado no novo estacionamento de apoio ao centro de saúde para serviços administrativos da Junta de Freguesia, pelo valor de €29.585,50. Tendo em conta que essas obras implicam um diagnóstico atento e rigoroso da realidade existente e posterior projecto de execução, a Junta de Freguesia de Urgezes solicitou à Câmara Municipal a substituição daquelas por outras que considerou prioritárias. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do primeiro aditamento ao Protocolo de Atribuição de Subsídio, alterando-se, desta forma, a cláusula 1.ª, bem como o n.º 1 da Cláusula que passam a ter a seguinte redacção: "**Cláusula 1.ª** - O presente Protocolo tem por objecto a atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Urgezes para comparticipação na obra de colocação de uma nova cobertura no edifício sede da Junta de Freguesia, com vista à resolução das infiltrações de água que afectam todo o interior do mesmo"; "**Cláusula 2.ª** - 1. Para a prossecução do objecto definido na Cláusula 1ª e da execução nos termos previstos na Cláusula 3ª é concedida, pela Câmara à JUNTA, uma verba até ao montante de €8.000,00 (oito mil euros). Submete-se, ainda, à consideração do executivo camarário a aprovação da celebração de um Protocolo de Delegação de Competências para a execução da obra de alargamento da Rua das Paredes e pavimentação de uma parte da Rua da Veiga de Baixo, no valor remanescente de €21.585,50".

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE ABAÇÃO - II
MERCADO DE NATAL ORGANIZADO PELA COMISSÃO INTER
FREGUESIAS DO SUDOESTE DA MONTANHA DA PENHA –**

Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Abação, em nome da Comissão Inter Freguesias do Sudoeste da Montanha da Penha, solicitou apoio para a instalação eléctrica a colocar no Monte da Lapinha onde decorrerá, nos dias 10 e 11 de Dezembro, o II Mercado de Natal organizado por aquela Comissão, a exemplo de apoio concedido em iniciativa idêntica no ano anterior. Considerando a importância social do evento, proponho a atribuição de um subsídio de €75,00 (setenta e cinco euros), correspondente a 50% dos encargos previstos, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art.º 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE SERZEDELO -
FESTAS EM HONRA DE S. PEDRO - ILUMINAÇÕES PÚBLICAS**

- Presente um ofício da Junta de Freguesia de Serzedelo solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de S. Pedro, realizadas no período de 10 a 11 de Julho passado. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de Serzedelo de um subsídio no montante de €21,90 (vinte e um euros e noventa cêntimos. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**PROTOCOLOS – ADENDA AO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO
ENTRE O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES E O INSTITUTO DA
SEGURANÇA SOCIAL, IP/CENTRO DISTRITAL DE BRAGA
PARA O ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL –**



Presente a seguinte informação da Divisão de Acção Social: “No Protocolo celebrado no dia 18 de Julho de 2011, entre o Município de Guimarães e o Instituto da Segurança Social, IP/Centro Distrital de Braga, para o atendimento e acompanhamento social, aprovado por deliberação de Câmara de 14 de Julho de 2011, não ficou, por lapso, a constar da cláusula III – Âmbito Geográfico – que os serviços de atendimento e acompanhamento social na freguesia de Polvoreira só poderiam ser assegurados pela Câmara Municipal após estarem reunidas as condições técnicas necessárias para o efeito. Deste modo, adita-se um parágrafo à cláusula III, correspondendo-lhe o nº 2, com a seguinte redacção, e com efeitos à data da celebração do protocolo inicial: “2- Salvaguarde-se, contudo, no respeitante à freguesia de Polvoreira, que os serviços de atendimento e acompanhamento social só terão início quando a Câmara Municipal considerar estarem reunidas as condições técnicas e os meios necessários para esse efeito.” A Adenda ao Protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PROTOS - PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUIMARAES E A FRATERNA, CIPRL PARA A REALIZAÇÃO DO CONVÍVIO DE REIS 2012 – Presente a seguinte proposta: “No sentido de se continuar a oferecer o habitual Convívio de Reis às pessoas idosas do concelho, e tendo em atenção o actual cenário de restrição orçamental, foi analisada uma alternativa que pudesse alinhar, de forma coerente, os princípios de equidade e justiça na distribuição deste benefício (almoço de reis), com o impacto que esta iniciativa municipal tem junto da comunidade – um almoço festivo para os idosos titulares de cartão municipal. Tendo em atenção que os benefícios sociais

dos municípios deverão ser atribuídos a pessoas com um rendimento que as enquadre nos “estratos sociais desfavorecidos ou dependentes”, conforme decorre da alínea c), do nº 4, do art.º 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e considerando o Regulamento Municipal nº 8/2009 de 8 de Janeiro alterado pelo Regulamento nº 220/2009 de 25 de Maio, onde é previsto o apoio financeiro a pessoas com um rendimento per capita igual ou inferior a 65% do salário mínimo nacional, considerou-se ser de justiça uma comparticipação do participante no Convívio de Reis de 2012, indexada ao valor do salário mínimo nacional, de acordo com o referido Regulamento. A dificuldade na cobrança desta comparticipação por parte da Câmara Municipal, implicando enquadrá-la no regulamento de taxas municipais, e o facto de se tratar de uma actividade dirigida a pessoas idosas, uma das áreas de acção da Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social, CIPRL, conduziu a formular os termos de uma parceria com esta entidade. Assim, propõe-se a celebração de um protocolo entre o Município de Guimarães e a Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social, CIPRL, que em anexo se apresenta para apreciação, com vista a organização do Convívio de Reis 2012, destinado a pessoas titulares do cartão municipal do idoso. A minuta do Protocolo de Colaboração dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, André Coelho Lima e Luísa Oliveira. -----

REGULAMENTOS – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DO SUBSÍDIO MUNICIPAL AO ARRENDAMENTO - Presente um ofício da CASFIG –



Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, EEM remetendo, para aprovação da Câmara Municipal e ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, uma Proposta de Alteração do Regulamento de Atribuição do Subsídio Municipal ao Arrendamento, aprovado pelo respectivo Conselho de Administração em sua reunião ordinária de 30 de Novembro de 2011. A proposta de Alteração do Regulamento de Atribuição do Subsídio Municipal ao Arrendamento dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – CONTRATO DE MANUTENÇÃO PARA APOIO ÀS APLICAÇÕES SIGMA E SOLUÇÕES DE WORKFLOW, UTILIZADAS NOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES" – Presente a seguinte informação

da Divisão de Sistemas de Informação: **"1. Objecto:** Prestação de serviços de manutenção, apoio e actualização das aplicações de gestão do Município de Guimarães. **2. Considerando que:** - A presente prestação de serviço se destina a assegurar a manutenção, apoio e actualização das aplicações de gestão do Município de Guimarães, pelo período de um ano, com início em 24 de Setembro de 2011 e terminação em 23 de Setembro de 2012; - A execução das tarefas associadas a estes serviços requer a disponibilização de equipa credenciada nas aplicações de gestão municipal, que garanta a manutenções, apoio e actualização das referidas aplicações; - Os serviços municipais não dispõem de recursos técnicos e humanos para a prestação deste serviço junto dos departamentos que usam as aplicações Sigma na gestão municipal; - Se trata da realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à

consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração de um contrato de prestação de serviços, para a manutenção, apoio e actualização das aplicações informáticas de gestão do Município de Guimarães, considerando os seguintes elementos: a) - A despesa para o período 2011-2012 estima-se em €27.579,90 (vinte e sete mil quinhentos e setenta e nove euros e noventa cêntimos), acrescida de IVA à taxa legal em vigor; b) - A despesa encontra-se cabimentada na rubrica 1.1.1.06, referente à Modernização Administrativa, conforme declaração de cabimento em anexo; c) - O procedimento de formação do contrato será mediante ajuste directo, com publicação na plataforma de contratação pública, nos termos do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos, conforme caderno de encargos que se juntam em anexo. d) - Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como dos respectivos conjugues, algum parente, ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com que viva em economia comum; e) - A este contrato foi aplicada a redução remuneratória, prevista no art.º 19 da Lei do Orçamento Geral do Estado de 2011". **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO PARECER PRÉVIO – PRESTAÇÃO DE CONSULTADORIA JURÍDICA – APLICAÇÃO DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: "**1. Objecto:** Prestação de serviços de consultadoria jurídica na aplicação do



Código dos Contratos Públicos no Departamento de Obras Municipais, nomeadamente aconselhamento por contacto telefónico, via e-mail, e emissão de pareceres jurídicos que sirvam de orientação e suporte à tomada de decisão. **2. Considerando:** Que a execução das tarefas associadas ao serviço que se pretende renovar requer conhecimentos, capacidade técnica e formação especializados, prontidão e disponibilidade imediata, assim como experiência na área da Contratação Pública, devido ao grau de complexidade e especificidade associado a estas tarefas, seja na fase de formação, seja em fase de execução do contrato, sendo que tal complexidade é ainda mais acentuada no caso de processos abrangidos por candidaturas a fundos comunitários; Que, tendo em conta o número de procedimentos de elevada complexidade técnica e jurídica a decorrer no Departamento de Obras Municipais, a necessidade de concretização do cronograma de execução das obras e respectivos compromissos financeiros que advém das candidaturas, bem como as dúvidas frequentes na aplicação do Código dos Contratos Públicos que surgem à medida da respectiva tramitação procedimental, o Município não pode prescindir deste serviço, nem tem recursos humanos ou técnicos para o fazer directamente; Que se trata da realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público; Que de acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos, não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao actual quadro de pessoal, nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Que, após consulta, o prestador de serviços manifestou disponibilidade em prestar o serviço pelo valor de €39.000,00 (trinta e nove mil euros), mais IVA, sobre a qual recairá a redução remuneratória prevista art.º

19.º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com início a 01 de Janeiro de 2012, pelo período de 24 meses, pelo que cessará em 31 de Dezembro de 2013. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de prestação de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a prestação de serviços de consultadoria jurídica na aplicação do Código dos Contratos Públicos no Departamento de Obras Municipais, nomeadamente aconselhamento por contacto telefónico, via e-mail, e emissão de pareceres jurídicos que sirvam de orientação e suporte à tomada de decisão; b) O presente contrato terá início a 01 de Janeiro de 2012, pelo período de 24 meses, pelo que cessará em 31 de Dezembro de 2013; c) A despesa estima-se em €39.000,00 (trinta e nove mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, considerando que será aplicada a redução remuneratória prevista art.º 19.º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro; d) O valor desta despesa será contemplado no Orçamento do ano de 2012 e 2013, conforme declaração do Departamento Financeiro; e) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante Ajuste Directo, ao abrigo da alínea a), do nº 1 do artigo 20º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, contratando-se o Prof. Dr. António Miguel Ferro Catela Teixeira, Doutor em Direito, Presidente da Associação Fórum dos Mercados Públicos e especialista na área da Contratação Pública, tendo em conta os conhecimentos demonstrados e reconhecidos a nível nacional, e ainda a sua experiência profissional e académica na matéria em causa; f) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem



como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum; g) Finalmente, informa-se que foi aplicada a redução remuneratória prevista no art. 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, uma vez que o valor do contrato é de €39.000,00 (trinta e nove mil euros), foi aplicada uma taxa de redução de 10,00 %, sendo agora de €35.100,00 (trinta e cinco mil e cem euros)". **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima, que apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Numa das últimas reuniões, veio a reunião de Câmara o pedido de parecer prévio para a celebração de uma relação de avença para prestação de serviços jurídicos ao Município de Guimarães, pela sociedade vimaranense GAMA LOBO XAVIER, LUÍS TEIXEIRA E MELO – SOCIEDADE DE ADVOGADOS, R.L. Sociedade de advogados que aliás vem mantendo o acompanhamento dos assuntos jurídicos do Município. Em Junho deste ano, votamos contra uma proposta mediante a qual se pretendia pagar € 4.050,00, para um serviço pontual, à sociedade lisboeta COELHO RIBEIRO E ASSOCIADOS – SOCIEDADE CIVIL DE ADVOGADOS, R.L. por considerarmos que o contrato de avença em vigor cobria perfeitamente o âmbito de representação assegurado por esse serviço pontual. Que dizer agora desta proposta de pedido de parecer prévio para pagamento de € 35.100,00 ao Prof. Dr. António Catela Teixeira para "consultadoria jurídica na aplicação do Código dos Contratos Públicos no DOM, nomeadamente aconselhamento por contacto telefónico, via e-mail, e emissão de pareceres jurídicos"? Quando ainda há poucos dias aprovamos uma prestação de serviços com uma sociedade de advogados vimaranense, na modalidade de avença, com a

sociedade GAMA LOBO XAVIER, LUÍS TEIXEIRA E MELO – SOCIEDADE DE ADVOGADOS, R.L., em cujos serviços se incluía a “representação judicial e extrajudicial em procedimentos e processos relativos ao direito administrativo, ao direito civil e à contratação pública” A Câmara pretende ter uma sociedade avençada, ou duas? É que os valores pagos a esta sociedade, para “aconselhamento telefónico e via e-mail” são cerca de 2/3 do que vem sendo pago à sociedade com a qual tem o Município uma relação de avença! Isto é, tem o Município uma avença com uma sociedade de advogados, que cobre todas as áreas do direito, designadamente o direito administrativo e a contratação pública, e vai celebrar um contrato, pelo qual paga praticamente 2/3 do que paga aos avençados, que apenas cobre consultadoria telefónica e via e-mail no âmbito do Código dos Contratos Públicos? Quando a contratação pública está incluída no âmbito da representação da avença? Como se justifica isto? Isto não tem qualquer justificação. Ou a ser admitida esta assessoria paralela à relação de avença, estaremos a viabilizar assessorias jurídicas em qualquer área do direito, uma no âmbito do Código das Expropriações, outra no âmbito da Lei Laboral da Função Pública, enfim, uma assessoria para cada diploma jurídico. Mas o que é mais grave, é tratar-se de áreas já cobertas pela relação de avença que o Município nos propôs! Isso é que fica difícil de compreender...Será que consideram a sociedade vimaranense que tem a relação de avença com a Câmara não tem os conhecimentos e formação especializados e experiência em Advocacia, na área da contratação pública? Se assim é, então porque fizeram estender o âmbito da avença para as áreas do direito administrativo e da contratação pública? Porque considerarmos absolutamente injustificado o pagamentos destes € 35.100,00, por se tratar de uma área em



que já existe cobertura mediante uma relação de avença em vigor, de que ainda nos foi proposta renovação, não pactuamos com este desperdício de dinheiro público pelo que votaremos contra esta proposta".-----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA A EMPREITADA DE RECONVERSÃO DA EB1 DE PINHEIRAL – CALDELAS – PARA CENTRO ESCOLAR –

Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: "**1. Objecto:** Prorrogação da prestação de serviços de Coordenação de Segurança e Saúde, contratada à empresa Tabique Engenharia, Lda., para a empreitada referida em epígrafe, dando cumprimento ao artigo 17.º do Decreto-Lei 273/2003, por motivos de prorrogação do prazo para a execução da obra, aprovado em reunião de câmara do passado dia 13 de Outubro de 2011. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretende contratar requerem conhecimentos, formação especializados e experiência em Sistemas de Gestão de Coordenação de Segurança e Saúde para a fase de obra e legislação correlacionada; De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao actual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara

Municipal autorize a prorrogação do contrato da prestação de serviços de Coordenação de Segurança e Saúde para a empreitada referida em epígrafe, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é prorrogação do prazo da prestação de serviços de Coordenação de Segurança e Saúde para a fase de obra, da empreitada supracitada, cumprindo com as obrigações do Dono de Obra referidas no artigo 17.º do Decreto-Lei 273/2003. Esta prorrogação será de 3 meses, considerando o tempo estimado da prorrogação do prazo para a execução da obra e a conclusão da sua compilação técnica. b) A despesa total será de €2.109,76 acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 2.1.1.2.62 do PPI (Plano Plurianual de Investimentos) correspondente ao ano de 2011. d) O procedimento de formação do contrato será através de ajuste directo simplificado, de acordo com o artigo 128.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos com convite à actual empresa prestadora destes serviços nesta obra, a Tabique Engenharia, Lda., de forma a dar continuidade à sua actividade. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que foi aplicada a redução remuneratória prevista no art. 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, considerando que o valor mensal da prestação de serviços no anterior contrato era de €738,00 e que o valor relativo aos 3 Meses desta prorrogação seria de €2.214,00". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PATRIMÓNIO – REGULARIZAÇÃO PREDIAL E MATRICIAL DA**

EB1 MASCOTELOS – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “A Câmara Municipal de Guimarães adquiriu, por escritura datada de 30/08/1977, uma parcela de terreno com a área de 1.800 m², ao Sr. Armando Martins Leite, para implantar o edifício escolar de Mascotelos. Posteriormente, e por deliberação da Câmara Municipal de 29/07/1992, foi decidido aceitar a doação de uma parcela de terreno com a área de 400 m², do mesmo terreno de onde se desanexou a área anterior, para ampliação do logradouro da Escola Primária de Mascotelos, sem que todavia se tenha concretizado a escritura respectiva. Recentemente foi elaborado um levantamento topográfico, tendo sido possível verificar que a escola EB1 ocupa uma área total de 3.242 m² de terreno. Verifica-se, assim, que o Município ocupa mais 1.442 m² de terreno do que aquele para o qual possui título. Todavia e de acordo com informações colhidas junto do Presidente da Junta Freguesia de Mascotelos, toda a área ocupada pelo Município foi doada pelos mesmos proprietários, nos termos da indicada deliberação de 1992, e que aqueles estão disponíveis para outorgar a escritura de doação do terreno efectivamente ocupado. Perante o exposto, deverá ser rectificada a deliberação de 29/07/1992, ficando a constar que o Município, nos termos do art.º 64º nº1, alínea h), da lei nº169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro, aceita receber, para ampliação do logradouro do seu prédio descrito na Conservatória do Registo Predial Guimarães sob o nº 490/Mascotelos e inscrito na respectiva matriz sob o artigo 583º, uma parcela de terreno com a área de 1.442 m², inscrita sob o artigo P833º, a desanexar do prédio descrito na competente Conservatória Registo Predial Guimarães sob o nº 107/Mascotelos,

tendo sido atribuído à parcela de terreno um valor de €7.000,00 (sete mil euro). Sucede porém que a parcela de terreno, que se pretende doar, foi ocupada pelo Município há vários anos atrás, motivo pela qual os doadores já actualizaram quer a matriz rústica, quer a descrição predial. Assim, a presente deliberação servirá apenas para formalizar a transmissão da parcela de terreno em causa, sem retirar efectivamente qualquer nova área aos doadores, atendendo ao facto da mesma ter provindo, na realidade, da descrição predial nº. 107/Mascotelos e esta já se encontrar com a área que efectivamente lhe restou depois da ocupação levada a efeito pela autarquia. Nestes termos e face à integração, no edifício escolar, da parcela doada, o Município passará a ser proprietário de um prédio com área total de 3.242m², tendo a área coberta de 462 m² e logradouro de 2.780 m², a confrontar do Norte e Nascente e Poente com terreno dos doadores Maria de Lurdes Fernandes Lopes e José Fernandes Martins Leite e do Sul com a Rua da Liberdade, descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº. 480/Mascotelos".

DELIBERADO APROVAR POR

UNANIMIDADE. -----

DOAÇÕES - FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE SANTA MARIA DE GÉMEOS - DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO ESCOLAR –

Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "A Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Maria de Gémeos vem solicitar a doação de mobiliário da antiga EB1 Gémeos, para o apetrechamento do salão paroquial, com o propósito de realizar actividades de índole cultural, do interesse de toda a comunidade, designadamente acções de sensibilização/formação e festas destinadas às crianças de toda a freguesia. Atendendo a que o mobiliário da extinta EB1 de



Gémeos, devido à sua antiguidade, não poderá ser reaproveitado para outros estabelecimentos de ensino, conforme informação da Divisão de Educação, submete-se à consideração superior a doação à Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Maria de Gémeos, do equipamento melhor identificado na tabela abaixo discriminada, ao abrigo do disposto na alínea b), n.º 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, tendo sido atribuído o valor total de €781,00.-----

DESIGNAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
22 Mesas duplas estrutura metálica, tampo em fórmica.	€25,00	€550,00
29 Cadeiras de Aluno	€4,00	€116,00
1 Secretária de professor	€50,00	€50,00
2 Armários fechados em fórmica	€20,00	€40,00
1 Armário misto em fórmica	€25,00	€25,00
Total		€781,00

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DOAÇÕES – CENTRO SOCIAL DE GUARDIZELA - DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO

– Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “Na sequência das obras de ampliação e requalificação da EB1/JI de Guardizela Monte, o Centro Social de Guardizela disponibilizou as suas instalações para o funcionamento provisório do estabelecimento de ensino, pelo tempo necessário ao decurso das obras. Uma vez concluídas as intervenções no edifício escolar, o Centro Social de Guardizela solicitou a cedência do antigo mobiliário escolar, que entretanto deixou de ser utilizado pela escola primária. De acordo com informação prestada pela Divisão de Educação, não há qualquer inconveniente no deferimento da pretensão do Centro Social, atendendo que o equipamento em causa é antigo e, como tal, não é necessário ao funcionamento da indicada EB1/JI. Desta forma, submete-se à

consideração superior a doação ao Centro Social de Guardizela, do equipamento melhor identificado na tabela abaixo discriminada, ao abrigo do disposto na alínea b), n.º 4, do artigo 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, tendo sido atribuído o valor total de €1.247,00.-----

DESIGNAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Vídeo SABA 5040	€10,00	€10,00
11 Extintores	€20,00	€220,00
5 Quadro de porcelana verde para escrita a giz, de 2500x1200mm	€80,00	€400,00
Expositor vitrina de 1500x70x850mm	€20,00	€20,00
Expositor de corticite de 1500x1200mm	€10,00	€10,00
8 Réguas de cabides	€5,00	€40,00
2 Armários vestiários triplos metálicos	€30,00	€60,00
Armário aparador em madeira	€180,00	€180,00
11 Mesas múltiplas de refeitório	€15,00	€165,00
23 Cadeiras de aluno	€4,00	€92,00
Armário com prateleiras e portas em madeira	€50,00	€50,00
Total		€1.247,00

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----
ENTIDADES PARTICIPADAS – MUVIPAR, SA – LIQUIDAÇÃO E DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE – Presente a seguinte proposta: “Por deliberação tomada no órgão executivo municipal em 26 de Junho de 2008, confirmada em sessão da Assembleia Municipal de 28 de Julho de 2008, decidiu o Município de Guimarães constituir, com os parceiros privados, uma sociedade de natureza comercial que viria a ter a designação de MUVIPAR, SA, integrando o que normalmente se designa por parceria público-privada. A criação desta estrutura teve por objectivo a construção de equipamentos municipais num contexto diferente do



actual e com pressupostos que, no desenrolar da vida societária, viriam a revelar-se não inteiramente coincidentes, quando abordados do ponto de vista do Município ou dos parceiros provados. Esta divergência e aquela evolução desfavorável do contexto tornam, aos olhos de todos os sócios, público e privados, aconselhável e oportuna a liquidação e a dissolução da sociedade. Tal deliberação de liquidação e dissolução da sociedade foi já tomada em Assembleia Geral de accionistas de 30 de Novembro de 2011, trazendo-se a deliberação ao órgão executivo municipal para a competente votação". A minuta do acordo de liquidação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – VITRUS AMBIENTE EM, SA, – APARCAMENTO SOB RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – ALARGAMENTO DO OBJECTO SOCIAL DA VITRUS AMBIENTE EM, SA – ADITAMENTO AO CONTRATO DE GESTÃO – Presente a seguinte proposta: "O estacionamento sob

a responsabilidade do Município existente no Concelho de Guimarães é actualmente composto por 3 parques de estacionamento – Largo da Condessa Mumadona (164 lugares), Central / Estádio D. Afonso Henriques (269 lugares) e Mercado Municipal (155 lugares), num total de 588 lugares cobertos e pagos, e por 1.101 lugares em zonas de estacionamento de duração limitada, vulgo parcómetros, já implantadas, a que acrescem mais 260 lugares já aprovados por deliberação camarária, mas ainda não instalados. Se no que diz respeito aos parques de estacionamento se constata que, após o decréscimo registado em 2009, o número total de entradas regressou aos valores de 2008 no ano passado e, tendo em conta os dados registados até 31 de Outubro deste ano, terá igualmente um

aumento significativo, com repercussões óbvias no resultado de exploração dos mesmos, no que concerne aos parómetros a expectativa é no sentido inverso. À estabilidade verificada nos custos associados à gestão destes equipamentos, e sem investimento feito na aquisição das máquinas necessárias para operacionalizar as novas zonas de parómetros já aprovadas pelo Executivo municipal, é notório, porém, o decréscimo muito acentuado das receitas, estimando-se uma alteração negativa no seu resultado de exploração. A débil conjuntura económico-financeira actual, que se generalizou e que afecta os cidadãos, pode estar na base de uma menor procura de estacionamento público pago; no entanto, é manifesto que a rendibilidade nos parques cobertos pagos é positiva, pelo que o principal problema do estacionamento sob responsabilidade do Município se centra ao nível das zonas de estacionamento de duração limitada, vulgo parómetros. A circunstância de nos últimos anos, por factores diversos, o número de agentes da Polícia Municipal disponíveis ter diminuído significativamente, potenciou a diminuição da acção de fiscalização destes equipamentos, em detrimento de outras funções consideradas mais importantes ou prioritárias. Também não possui a Câmara Municipal trabalhadores disponíveis e habilitados para esse efeito, tendo apenas a DTEPV dois trabalhadores adstritos a este serviço, a tempo parcial, e exclusivamente para tarefas de manutenção dos equipamentos. As futuras limitações, já conhecidas, ao nível do recrutamento de funcionários públicos indiciam uma dificuldade acrescida; e mesmo o aumento previsto dos efectivos da Polícia Municipal, em 2012, não terá uma correspondência no aumento da eficácia da acção fiscalizadora dos parómetros, na medida que terão de assumir um conjunto de outras importantes tarefas de fiscalização e



manutenção da ordem pública no âmbito da Capital Europeia da Cultura. Estes constrangimentos obstam a que o Município de Guimarães, à semelhança do que outros já assumiram, concretize o objectivo de conferir maior eficácia a este serviço, invertendo rapidamente a tendência de agravamento negativo dos saldos de exploração e gestão do estacionamento público municipal, e cumprindo o desiderato maior de, através de uma acção fiscalizadora eficaz e eficiente, garantir maior disciplina e rotatividade no estacionamento público disponível. Em síntese, para garantir que o estacionamento público sob responsabilidade do município cumpra integralmente os seus objectivos, é imperioso que se encontre rapidamente uma solução que garanta a efectiva rotatividade do estacionamento na Cidade, que aumente a efectividade da acção fiscalizadora, que assegure o investimento necessário à expansão das ZEDL e a aquisição e substituição de equipamento, que inverta a tendência da redução dos saldos de exploração e que defenda o superior interesse público. Considerando a real impossibilidade de superar os constrangimentos e condicionalismos actuais, foi criado um grupo de trabalho com o objectivo de elaborar um estudo pormenorizado sobre esta matéria, documento que faz parte desta proposta, apontando soluções para uma gestão eficaz do estacionamento público em Guimarães, conformando soluções existentes em vários municípios do país, ainda que sob diferentes modalidades, designadamente ao nível das contrapartidas (como são exemplos Lisboa, Porto e Gaia), que já concessionaram este serviço a entidades externas, garantindo não só uma superior eficácia na gestão do estacionamento público pago, como uma efectiva arrecadação certa de proveitos. Tendo em conta os resultados desse estudo, que se anexa (**Anexo 1**), entendemos que a

solução pode ser encontrada no âmbito do sector empresarial local, concretamente através da Vitrus Ambiente EM, SA, que dispõe dos meios e ferramentas necessários para assumir esse serviço, manifestamente integrados na área dos serviços urbanos, assegurando as condições objectivas e fundamentais para que a Câmara Municipal de Guimarães delegue essa sua competência e, dessa forma, melhor defenda o interesse público. Por outro lado, e aproveitando a circunstância da revisão do Contrato de Gestão, entende-se que a prestação do serviço de gestão, recolha e transporte para destino final dos resíduos sólidos urbanos acondicionados em contentores de profundidade, vulgo "Molok", deverá passar a ser paga directamente à Vitrus Ambiente EM, SA pelos munícipes abrangidos por esse serviço, à semelhança do que sucede com as demais entidades constituídas no âmbito do sector empresarial local, passando a constituir receita da empresa municipal, constituindo-se, desse modo, a Vitrus Ambiente EM, SA como entidade gestora deste serviço. Assim, com vista à posterior transferência dessas funções e porque estatutariamente é necessário tornar claro que as mesmas cabem no objecto social da Vitrus Ambiente EM, SA, proponho, nos termos da alínea I), do nº 2, do art.º 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e tendo em atenção o nº 1, do art.º 44º, da Lei nº 53-F/2006, de 29 de Dezembro: 1. Que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal a alteração dos Estatutos da Vitrus Ambiente EM, SA, incluindo no seu objecto social a prestação deste serviço, com o aditamento de uma nova alínea no artigo 5º, que passará a ser a alínea f), com a seguinte redacção: "Adopção de medidas preventivas que garantam a limpeza e higiene urbana dos lugares de estacionamento público, designadamente através da gestão,



fiscalização e manutenção dos equipamentos que lhes estão associados”. Em consequência deste aditamento, a actual alínea f) passa a alínea g). 2. Que a Câmara Municipal aprove a minuta do Aditamento ao Contrato de Gestão entre o Município de Guimarães e a Vitrus Ambiente EM, SA, que se anexa (**Anexo 2**)”. Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Absteve-se o Vereador José Manuel Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “O PSD foi desde a primeira hora contra a criação da empresa municipal VITRUS AMBIENTE. E, recordando os argumentos (que constam aliás em ata), foi contra por três ordens de razão: 1. Desde logo porque a VIMÁGUA, empresa municipal já existente e com uma estrutura já devidamente montada e experimentada, possui, nos termos dos seus estatutos, competência, para além de capacidade, para desempenhar as funções que sobraram da ECO-AVE, após a transferência de grande parte das suas competências para a RESINORTE, designadamente, a recolha de resíduos sólidos urbanos acondicionados em contentores de profundidade, vulgo “Molok”; 2. Por outro lado porque a criação de novas empresas municipais contrariava expressa e ostensivamente (como ainda contraria, agora de forma reforçada) a instrução governamental de redução do número de empresas municipais existentes, já vinda do Governo anterior, e o compromisso assinado com a *troyka*; 3. Por último porque, com esta iniciativa se aumenta encargos aos cofres públicos sem qualquer necessidade. Em tempos de austeridade, criar encargos com o pessoal dirigente e trabalhadores, com a aquisição de equipamentos e maquinaria,

com contratações de assessorias externas de diversíssima ordem, desde advogados a revisores oficiais de contas, enfim, criar uma panóplia de gastos não necessários atento o universo de empresas municipais já existentes, é algo que, não sendo necessário, deve merecer reprovação. Estes foram os nossos argumentos. Foi-nos respondido, recorda-se, que apesar da VIMÁGUA ter no seu objeto social a prestação deste serviço, não faria sentido incluí-lo porque a vocação da VIMÁGUA era para tratar de água e saneamento e não de recolha de resíduos sólidos urbanos. Agora, surpreendentemente (ou talvez não) vêm-nos propor um alargamento do objeto social da VITRUS AMBIENTE, para permitir que esta empresa, de recolha de resíduos sólidos urbanos, possa fazer também a gestão e fiscalização dos parcometros. Extraordinário! Então se a VIMÁGUA não tinha vocação para os resíduos sólidos urbanos, o que até constava do seu objeto, já se considera que a VITRUS tem vocação para gestão de aparcamentos? Sendo que tal nem tampouco consta no seu objeto social? O que aqui se pretende é claro: criar competências adicionais na VITRUS para justificar a sua existência e os empregos que ela proporciona. Mas há mais: Apresenta-se a certa altura deste longo texto como um dos fundamentos para a necessidade de entrega deste serviço à VITRUS a reduzida disponibilidade da Polícia Municipal e as “futuras limitações ao nível do recrutamento de funcionários públicos indiciam uma dificuldade acrescida”. Fantástico! Ainda há duas reuniões atrás, quando a propósito do Mapa de Pessoal aqui abordamos as limitações à contratação de funcionários públicos, chamaram-lhe “intervenção assente em especulação jornalística”, agora, que o argumento já convém para robustecer uma empresa municipal recém-criada, as mesmas especulações já são exibidas pela



própria Câmara, agora como argumento...E aliás, isto é tão extraordinário que, por um lado, se reconhecem e identificam as tais "futuras limitações" no que concerne à contratação de funcionários públicos, mas a Câmara se esquece ou nunca ouviu falar das mesmas "futuras limitações" em termos de redução do número de empresas municipais...! De facto, dependendo da postura que tenhamos perante as coisas, se quisermos, para tudo há argumento. Para uma coisa e o seu contrário. Por isso quando o argumento é um meio para cobrir um determinado fim, e não para justificar um determinado fim, qualquer argumento é válido, porque estamos no domínio da intelectualidade condicionada, em que se diz alegremente uma coisa e o seu contrário, em que se critica um argumento com base em informações de jornais e não na lei, e depois se justifica uma medida com base nas mesmas informações dos jornais, em que se reconhece futuras limitações à contratação de novos funcionários, porque interessa, e não são conhecidas futuras limitações quanto à redução de empresas municipais, porque já não interessa. Enfim... isto apenas reforça a ideia que desde início vimos defendendo de absoluta desnecessidade da existência da VITRUS AMBIENTE, cuja função ambiental se pretende agora estendida ao ambiente automóvel, ou ao ambiente cívico. As competências que justificaram a criação da VITRUS deveriam ser entregues à VIMÁGUA. As funções que aqui se pretendem entregar, deveriam permanecer da Polícia Municipal. Pelo que votamos ostensivamente contra proposta". -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – ASSOCIAÇÃO "INSTITUTO DE DESIGN" – CONSTITUIÇÃO – Presente a seguinte proposta: "Em Portugal, o design de produto é uma área deficitária. Apesar de alguma capacidade relevante nos domínios do design gráfico e do estilismo de moda – sobretudo do ligado ao vestuário e calçado

– o design de produto é ainda incipiente. Acresce que a sua utilização pelas PME como factor de diferenciação das suas actividades é igualmente limitada. Estando suficientemente demonstrada a necessidade de a indústria nacional conseguir evoluir para áreas de maior valor acrescentado, assim aumentando a sua competitividade internacional, uma das estratégias passará seguramente pela incorporação no processo industrial de actividades oriundas do sector terciário, de que o design será, porventura, uma das mais relevantes. Trata-se de uma estratégia que visa, concretamente: - uma diferenciação concorrencial com base na combinação harmoniosa entre os aspectos de desempenho, funcionalidade e estética; - a aposta na criação de linhas de produtos com identidade própria e reconhecida pelo mercado. Os esforços para ultrapassar as limitações nesta área devem ser acompanhados do desenvolvimento de uma nova cultura através de acções promocionais e de formação. No entanto, existem em Portugal poucas entidades vocacionadas para o efeito. Este foi o diagnóstico e a motivação que levaram o Município de Guimarães e a Universidade do Minho a estabelecer a criação de um Instituto de Design aplicado como uma prioridade do CampUrbis, mesmo quando este projecto de requalificação e regeneração urbanas era ainda embrionário. Vocacionado para servir as empresas dotando-as de capacidade diferenciadora e valorizando os seus produtos industriais com incorporação de design, o Instituto de Design pretende assim constituir-se como parceiro de relevo na modernização e competitividade do nosso tecido produtivo ao gerar plataformas de colaboração entre criadores e fabricantes de que resultem produtos diferenciados e com alto valor acrescentado. Assim, nos termos do disposto na alínea m), do nº



2, do art.º 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e tendo em atenção a alínea a), do nº 1, do art.º 28º da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, proponho que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal que o Município de Guimarães constitua com a Universidade do Minho a associação “Instituto de Design” nos termos do projecto de estatutos anexo. O art.º 32.º dos Estatutos apenas terá a redacção constante do texto em anexo se até à data da escritura de constituição da associação os outorgantes não fixarem o elenco dos membros dos corpos sociais. Mais proponho que a jóia a pagar pelo Município de Guimarães, prevista na alínea d) do art.º 6º do projecto de Estatutos, seja no valor de €125.000,00. A designação de “Instituto de Design” está dependente da emissão de certificado de firma e denominação a emitir pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas, pelo que tal denominação poderá, ainda, ser alterada”. Os Estatutos da Associação “Instituto de Design” dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 14 DE JULHO DE 2011 – ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS PARA COMPARTICIPAÇÃO DE LIVROS E MATERIAL ESCOLAR (AUXÍLIOS ECONÓMICOS DIRETOS) – ANO

LECTIVO 2011/2012 – Presente a seguinte proposta: “Como é de conhecimento superior, em Reunião de Câmara de 14 de Julho de 2011, foi deliberado atribuir, para o ano lectivo de 2011/12, aos Agrupamentos de Escolas uma verba global no valor de €108 050,70, para a comparticipação de livros e material escolar dos alunos abrangidos pela Ação Social Escolar. A atribuição desta

verba teve por base o número de alunos, que no ano lectivo transato, beneficiaram deste tipo de apoio, uma vez que se pretendia que, logo no início do ano lectivo, os alunos dos escalões A e B pudessem dispor do material necessário às actividades curriculares. Assim e considerando que: o Despacho nº 18987/2009, de 17 de Agosto de 2009, que regula as condições de aplicação das medidas de Ação Social Escolar da responsabilidade do Ministério da Educação e dos Municípios, na redacção que lhe foi dada pelo Despacho 12284/2011, de 19 de Setembro de 2011, determina como valores mínimos de comparticipação para os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico o seguinte: **Escalão A:** 1º e 2º anos - €39,60; 3º e 4º Anos - €45,80; **Escalão B:** 1º e 2º Anos - €19,80; 3º e 4º Anos - €22,90; em resultado da actualização do número de alunos abrangidos pela Acção Social Escolar, conforme elementos fornecidos pelos Agrupamentos de Escolas, referentes ao ano lectivo em curso, e da aplicação do Despacho supra mencionado, o valor global da comparticipação a atribuir é de €92.129,10, propõe-se a retificação da Deliberação de Câmara. Assim, e de acordo com o mapa em anexo, verificou-se no cômputo geral uma diminuição do número de alunos abrangidos pela Acção Social Escolar (Escalão A - 310 alunos; Escalão B - 162 alunos), pelo que em todos os Agrupamentos de Escolas haverá lugar ao reembolso de verba ao Município, no valor de €15.921,60. À consideração superior". O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO - RENOVAÇÃO DO ACORDO CAMARÁRIO - DIDÁXIS - ANO LECTIVO 2011/2012 - Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: "Com base no artigo 4º da



Portaria nº 959/87 de 26 de Dezembro, a Didáxis – Cooperativa de Ensino C.R.L., solicita a renovação do acordo camarário, a vigorar no ano lectivo 2011/2012, para o transporte, em autocarros próprios, dos alunos residentes nas freguesias de Serzedelo e Guardizela, matriculados no 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário matriculados nos cursos científico/humanísticos. Assim, propõe-se, para o ano lectivo 2011/2012, a renovação do Acordo camarário com a Didáxis, transporte a ser efetuado com base no valor do passe escolar e número ilimitado de viagens, conforme tabelas em vigor para os transportes públicos, fixadas pelo Instituto de Mobilidade e Transportes Terrestres. Informa-se ainda que esta despesa está cabimentada na proposta nº 3526, do Plano de Transportes Escolares para o ano lectivo 2011/2012, aprovado em reunião de Câmara de 19 de Maio de 2011. À consideração superior”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – ESCOLA EB1 DA VALINHA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Escola EB1 da Valinha solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte dos alunos no dia 7 de Dezembro ao Guimarães Shopping. Assim, considerando que se trata da realização de uma actividade de relevante interesse pedagógico e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por meu despacho de 25 de Novembro de 2011, deferi o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se a ratificação o apoio concedido”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO – UNIÃO DESPORTIVA DE AIRÃO – APOIO ÀS OBRAS DE BENEFICIAÇÃO DO CAMPO DE JOGOS – Presente a

seguinte proposta: "A União Desportiva de Airão, registada com o nº 41/2010 RMADG, realizou obras de beneficiação do seu Campo de Jogos que incluíram renovação do piso, nova vedação e reparação das balizas, cujo orçamento se elevou a €8.769,25 (oito mil setecentos e sessenta e nove euros e vinte cêntimos), tendo solicitado apoio municipal. Considerando que a actividade desportiva realizada por esta colectividade é muito importante no contexto da comunidade, sendo mobilizadora de um crescente número de jovens, proponho a atribuição de um subsídio de €3.000,00 (três mil euros), ao abrigo do nº 6 do artigo 2º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Associações Desportivas de Guimarães". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

ACÇÃO SOCIAL – ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS E PENSIONISTAS DE GUIMARÃES – FESTA DE NATAL –

Presente a seguinte proposta: "A Associação de Reformados e Pensionistas de Guimarães, inscrita no RMISG com o nº 501119582/10, solicitou um apoio para a realização da sua Festa de Natal que decorrerá no dia 17 de Dezembro, na Universidade do Minho, a exemplo dos anos anteriores. As actividades desta Associação são de âmbito concelhio, prestando apoio a aproximadamente 600 idosos, contribuindo para o combate ao isolamento e promovendo o envelhecimento ativo. Na Festa de Natal participarão cerca de 250 idosos. Considerando a importância social das actividades desenvolvidas, proponho a atribuição de um subsídio de €750,00 (setecentos e cinquenta euros), ao abrigo do disposto no nº 2 do artigo 3º do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social de Guimarães".

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

ACÇÃO SOCIAL – CENTRO DE CULTURA E DESPORTO DOS TRABALHADORES DO MUNICÍPIO – Presente a seguinte



proposta: "O Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores do Município de Guimarães solicitou apoio, a exemplo dos anos anteriores, para as suas actividades sociais, culturais, recreativas e desportivas, nomeadamente a Festa de Natal, e a actividade de tempos livres que tem decorrido em Agosto, para os filhos de todos os trabalhadores municipais. Considerando a importância social das iniciativas levadas a cabo que contribuem para um salutar ambiente de trabalho, proponho a atribuição de um subsídio de €20.000,00 (vinte mil euros), ao abrigo do disposto no nº 2, do artigo 3º, do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social de Guimarães". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ACÇÃO SOCIAL - CASFIG - ENTIDADE EMPRESARIAL MUNICIPAL - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO - Presente a seguinte proposta: "A CASFIG - Entidade Empresarial Municipal solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte dos moradores residentes nas habitações sociais da Câmara Municipal, nos dias 19 e 20 de Dezembro. Assim, considerando que se trata da realização de actividades no âmbito do projecto de Intervenção Social em curso nos bairros, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se a aprovação do executivo camarário o transporte solicitado". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ACÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - Presente uma informação da Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos da alínea c), do artigo 2.º - Capítulo I, do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se

anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 13 e na unidade económica 04.08.02. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS

– Presente uma informação da Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos da alínea c) do artigo 2.º – Capítulo I, do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 13 e na unidade económica 04.08.02. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----

PELAS ONZE HORAS E QUINZE MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----